

Recebido:	08/09/2023
Publicado:	11/12/2023

## PSICOLOGIA SOCIAL E PRÁTICAS NÃO OPRESSIVAS: REFLEXÕES A PARTIR DE PAULO FREIRE

Rafael Bianchi Silva<sup>i</sup>  0000-0002-1170-7920

Universidade Estadual de Londrina

Mariana Rodrigues Sapateiro<sup>ii</sup>  0000-0001-7929-407X

Universidade Estadual de Londrina

Jacqueline Montilha Leonardi<sup>iii</sup>  0009-0006-4670-6801

Mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina

**RESUMO:** Embora a atuação atrelada as demandas sociais já estivesse presente na construção da Psicologia, é a implementação da Política Nacional de Assistência Social que insere formalmente a profissão na política pública de Assistência Social no Brasil. Historicamente, a Psicologia brasileira liga-se a condutas higienistas, voltadas para a manutenção das elites da época. Sua inserção na referida política social, produz a necessidade de romper com a reprodução de práticas opressivas. A partir das teorizações de Paulo Freire acerca das relações de opressão e das práticas assistencialistas, o presente trabalho buscou relacionar a atuação do psicólogo inserido

no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com possíveis práticas opressivas, além de inserir o diálogo como norteador ético-político de atuação. Adotou-se como metodologia a pesquisa qualitativa e como estratégia a pesquisa bibliográfica sobre as ações da Psicologia no SUAS e obras de Paulo Freire que debatem o tema da opressão. Concluímos que a postura dialógica pautada na horizontalidade e no ideal de construção conjunta da realidade, conforme indicado por Freire, encontra-se alinhada com as diretrizes do SUAS, voltam-se à construção de autonomia do usuário dentro das condições concretas que envolve seu contexto social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia. Paulo Freire. Opressão.

## PSYCHOLOGY AND OPPRESSIVE PRACTICES: REFLECTIONS BY PAULO FREIRE

**ABSTRACT:** Although the performance linked to social demands was already present in the construction of Psychology, it is the implementation of the National Social Assistance Policy that formally inserted the profession into Brazil's public policy. Historically, Brazilian psychology has been linked towards hygienist behavior, aimed at maintaining the elites of the time. Their inclusion in this social policy makes it necessary to break with the reproduction of oppressive practices. Based on Paulo Freire's theories about oppressive relations and welfare practices, this study sought to relate the work of psychologists in the Unified Social Assistance

System (SUAS) to possible oppressive practices, as well as to include dialogue as an ethical-political guideline for action. Qualitative research was adopted as a methodology and bibliographical research on the actions of Psychology in SUAS and works by Paulo Freire that debate the topic of oppression was adopted. We conclude that the dialogic posture based on horizontality and the ideal of joint construction of reality, as indicated by Freire, is aligned with the SUAS guidelines, aimed at building the user's autonomy within the concrete conditions surrounding their social context.

**KEYWORDS:** Psychology. Paulo Freire. Oppression.

## 1. Introdução

O presente artigo busca analisar quais as possibilidades de atuação dos psicólogos em serviços previstos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) brasileira para além de um papel opressivo. Esse percurso foi realizado a partir de algumas reflexões trazidas por Paulo Freire, autor referenciado em diferentes materiais que parametrizam o trabalho de proteção social e que acreditamos trazer contribuições importantes sobre as práticas dos trabalhadores sociais a partir de uma postura dialógica.

Guzzo (2016) aponta que, com o ingresso do profissional de Psicologia nos sistemas de saúde e de Assistência Social, a Psicologia passou a pautar reflexões relacionadas às desigualdades sociais, pobreza e opressão. Indica, porém, que na segunda metade do século passado, esse olhar focalizava a dimensão individual, responsabilizando-o pela realidade vulnerável e pelas situações-problemas vivenciadas. Com o tempo, surgiram teorias críticas que se propuseram a modificar esse paradigma, apontando novos rumos e desafios para o profissional que se propõe a trabalhar nesse campo. Entretanto, a autora indica que ainda há necessidade de uma formação que prepare o profissional da Psicologia para um olhar que perceba a realidade a partir de uma perspectiva histórico-crítica, de modo a afastar-se cada vez mais de práticas que culpabilizam os sujeitos que são atendidos pelas políticas públicas.

No cenário atual, apesar de parte dos profissionais já possuírem esse olhar crítico, ainda é possível encontrar aqueles que, em suas atuações, responsabilizam os indivíduos ou a família pelos problemas que enfrentam, desconsiderando outros fatores que possam interferir na condição de sofrimento e desproteções, o que inclui, o contexto social em que estão inseridos e as influências exercidas por ele.

Para contextualização do universo de análise, faz-se necessário, um breve resgate histórico sobre a Assistência Social no Brasil. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi concebida na IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003, alicerçada nos direitos previstos na Constituição Federal de 1988 que aponta a Assistência Social como uma política pública não contributiva, integrante do tripé da Seguridade Social, ao lado das políticas de Saúde e Previdência Social (BRASIL, 2009). A partir do previsto pela Constituição de 1988, em 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/1993), sendo regulamentada pela PNAS de 2004 e pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) de 2005, ano em que o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) foi implantado no território

brasileiro, instituindo uma nova maneira de pensar e organizar a referida política pública. Com esses marcos legais, a Assistência Social configura-se como um direito de todos e tem como público-alvo aqueles que dela necessitam, visando garantir proteção social aos cidadãos e ofertar apoio aos indivíduos e famílias no enfrentamento de situações de desproteção.

Com a implantação do SUAS em 2005, abriu-se caminho para a inserção da Psicologia na política de Assistência Social, sendo consolidada sua participação no corpo técnico das equipes de modo a atuar no atendimento às populações em condição de desproteção. A regulamentação quanto à equipe profissional que atua junto aos serviços socioassistenciais se encontra disposta e discutida na “Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social” de 2006 que trouxe a previsão da formação de equipes multiprofissionais compostas, preferencialmente, por assistentes sociais e psicólogos. Isso foi revisto em 2011, quando uma nova versão da NOB-RH/SUAS, situa, enquanto previsão legal, a presença do técnico de Psicologia como componente dos serviços, indicando-o como um dos profissionais integrantes obrigatórios da equipe de unidades de proteção social, formando a equipe técnica responsável pelos atendimentos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2021).

Quanto às referências técnicas, a PNAS de 2004 aponta como fundamentos a descentralização política administrativa, a participação da população na formulação das políticas e ações, a responsabilidade do Estado para a condução da política e, por fim, o foco na família como norteadora das ações. Ainda nesse sentido, o texto indica que o SUAS deve investir na informação, monitoramento e avaliação de suas práticas como estratégia para uma melhor atuação, sendo que,

Tal empreendimento deve sobrelevar a prática do controle social, o que, nessa área em particular, adquire uma relevância crucial, já que o atributo torpe de campo de favores políticos e caridade, agregado historicamente a esta área, deve ser minado pelo estabelecimento de um novo estágio, feito de estratégias e determinações que suplantem política e tecnicamente o passado (BRASIL, 2004, p. 14).

Conforme observado na citação acima, a PNAS aponta para a necessidade de superação de práticas de caráter assistencialista entendidas enquanto uma ação social que promove a manutenção da condição de pobreza e exclusão (comumente atrelada à caridade), ao invés do enfrentamento e combate às desigualdades. A implantação do SUAS surge como avanço significativo para a consolidação da Assistência Social enquanto política pública (BOSCARI; DA SILVA, 2015). Contudo, um dos maiores desafios inclui o rompimento com práticas

tradicionais e isso abrange os profissionais da Psicologia inseridos dentro dos diferentes serviços do SUAS, que se viram com novos desafios e com a necessidade de repensar seus saberes e práticas para atuação nesse novo campo, migrando de um trabalho clínico e elitizado para um trabalho que visasse o social e o comunitário.

Os elementos expostos até o momento colocam desafios para a consolidação da proteção social prevista pela política. Esse trabalho tem como objetivo contribuir com possíveis saídas para os problemas levantados. Entende-se que uma alternativa teórica para o trabalho da Psicologia é a aproximação com as discussões realizadas por Paulo Freire, perspectiva já prevista nos documentos referenciais da política de Assistência Social.

Para a exploração desses objetivos, o presente artigo realizou uma análise bibliográfica tendo ponto de partida o trabalho social na PNAS em correlação com as reflexões realizadas por Paulo Freire no que tange a discussão acerca da dialogicidade como alternativa para a problemática apontada. Foi elaborada no campo qualitativo, tendo em vista a busca pela compreensão e interpretação de fenômenos humanos e da dinâmica de relações sociais estabelecidas no ambiente (GODOY, 1995).

O caminho metodológico do estudo apresenta, inicialmente, o percurso da política pública de Assistência Social no Brasil e a inserção da Psicologia na política, bem como o histórico da Psicologia no Brasil e seu envolvimento com as questões sociais. A seguir, parte-se para uma exploração mais detalhada acerca do conceito freireano de opressão para, por fim, propor uma atuação pautada na dialogicidade, como possível norteadora para a prática do trabalhador social de modo a produzir um afastamento de práticas opressivas.

## **2. A consolidação da Psicologia no Brasil e sua inserção no campo da Assistência Social**

Ao adentrar no campo da Assistência Social, as práticas psicológicas deparam-se com dificuldades a serem enfrentadas, decorrentes dos modelos com que historicamente a Psicologia se estabeleceu na sociedade brasileira. No final do século XIX, a Psicologia se consolida enquanto campo de saber específico e chega ao Brasil em um momento no qual o país tinha como foco seu processo de industrialização, em que se buscava a concretização de um tipo novo de homem alinhado com o desenvolvimento da nação. Foi a partir desse projeto nitidamente comprometido com um ideal elitista e higienista, que a Psicologia deu seus primeiros passos no país (ANTUNES, 2012).

Inicialmente, a maior demanda de atuação da Psicologia concentrou-se nas instituições de educação e medicina, nas quais a prática era direcionada ao alinhamento dos indivíduos a modelos sociais. Como afirma Andrade (2021), com o tempo, a ascensão de discursos psicológicos voltados para práticas de normalização tornou a Psicologia uma ciência reconhecida e socialmente respeitada no cenário brasileiro. As respostas disponibilizadas pela profissão pautavam-se na cisão entre indivíduo e sociedade, normalidade e patologia das quais partiam propostas curativas, o que consequentemente colocou a prática psicológica a serviço das elites e da manutenção do *status quo*. Este aspecto materializa o discurso psicológico hegemônico no Brasil, pautado na centralidade do indivíduo nas relações e a patologização de comportamentos considerados desviantes do social.

Nos anos de 1940, no governo de Getúlio Vargas, a Psicologia passa a caminhar rumo ao modelo clínico, ganhando prestígio e se consolidando como importante forma de atuação, em especial a partir de práticas como a aplicação de testes (VILELA, 2012). Neste momento, a prática clínica torna-se predominante pelo compromisso com as elites, propagando o ajustamento e a normalização dos indivíduos (ANDRADE, 2021), o que fundamentou a formalização enquanto profissão anos mais tarde e tornou-se marca da representação da Psicologia disseminada socialmente.

Firbida e Vasconcelos (2019) indicam que até os dias de hoje ainda vivenciamos uma prática psicológica comumente descontextualizada da realidade política e social, direcionada a processos de adaptação aos interesses dominantes, reproduzindo uma lógica de controle e ajustamento social. Observa-se, assim, que a Psicologia brasileira tem uma história marcada, de modo hegemônico, por um compromisso com as elites. Desta forma, ao adentrar em uma política que tem por questão central os efeitos da macroestrutura social na dinâmica dos sujeitos e suas famílias, faz-se necessário a construção de uma Psicologia que, embora tenha sua história ligada a práticas de cunho higienista e voltada para serviços que não priorizavam a problematização das desigualdades sociais, rompa com tal lógica.

Esse movimento se iniciou ainda nos anos de 1980 com a abertura da Psicologia para outros campos de atuação, para além dos limites dos consultórios privados, o que potencializou o desenvolvimento de perspectivas críticas que produziram uma ampliação do campo do saber psicológico para além de uma perspectiva individual. Porém, observa-se que tal ponto não levou necessariamente à produção de novas práticas o que faz com que a perspectiva tradicional ainda seja predominante no trabalho psicológico.

De modo específico, como já pontuado anteriormente, a Psicologia ganha espaço no campo da Assistência Social a partir da consolidação do SUAS e a presença em serviços socioassistenciais que passaram a contar com a participação obrigatória de psicólogos nas equipes. Entretanto, o trabalho com comunidades é anterior a esse movimento, tendo como ponto de partida a crise da Psicologia da década de 1970, a qual colocou em discussão a dimensão tradicional demasiadamente comprometida com os interesses da elite. Andery (1984) pontua que esse processo seria uma forma de fazer uma Psicologia verdadeiramente social, disposta a pensar-se como instrumento de possibilidade de transformação voltada para melhoria das condições de vida da população.

Mesmo assim, ainda é possível observar dificuldades quanto à operacionalização de tal direção de trabalho. Uma das causas disso é a questão da formação. Diferentes trabalhos (como MOTTA; SCARPARO, 2013; SENRA; GUZZO, 2012) têm indicado a existência de desconpassos entre a formação e as demandas vindas da Assistência Social. Um dos pontos levantados indica que a graduação não capacita os estudantes para quando formados atuarem nesse campo. Nessa direção, por exemplo, Silva e Simcic (2021), ao analisarem os projetos de curso de Psicologia das universidades estaduais do Paraná ao longo de um período de 10 anos, afirmam que mesmo sendo observada a inserção de disciplinas que se propõem ao debate das políticas públicas, não é possível ver indicativo de movimentação de um debate em torno do SUAS na formação do psicólogo. Em outra direção de análise, Cordeiro e Curado (2017) defendem que, mais do que a inserção de disciplinas específicas que possam discutir especificamente a Psicologia na Assistência Social, os cursos de graduação em Psicologia deveriam visar a formação de profissionais críticos, capazes de atuar de acordo com uma multiplicidade de demandas que remetem à complexidade do contexto social, em especial, no que tange às políticas públicas.

Compreendendo a necessidade de inserção de tais temas na grade curricular dos projetos de curso, o Conselho Federal de Psicologia (2016) aponta o déficit na formação do psicólogo ao indicar que os cursos de graduação ainda entendem a Psicologia enquanto uma profissão de prestação de serviços a uma população financeiramente abastada, deixando fugir de seu escopo temáticas como seguridade social, políticas públicas e posicionamento frente às questões sociais.

O processo de reflexão sobre as práticas desempenhadas quando atuando nos serviços da Assistência Social parece fundamental para evitar a reprodução de modelos assistencialistas

e opressivos de relação. É a partir dos conceitos de Paulo Freire e suas análises sobre o papel do trabalhador social que será debatida a prática da Psicologia no âmbito da Assistência Social.

### 3. O conceito freireano de opressão em articulação com a ação do psicólogo social

Embora seja mais reconhecido no campo da educação, Paulo Freire é tido como referência em diferentes áreas. Ao tratar sobre opressão, relações de poder, valorização do pensamento crítico e fazer importante crítica às práticas assistencialistas, o educador pernambucano passa a ser referência para o trabalho a ser realizado na Assistência Social. Nessa seção do texto será explorada a relação entre as práticas opressivas em Paulo Freire e o fazer profissional do trabalhador social.

Scheffer (2013), ao fazer uma análise crítica sobre o trabalho realizado no campo educacional e sua relação com os processos de ajustamento social, afirma que o pensamento freireano buscou realizar uma ruptura no princípio de neutralidade, afirmando o caráter político da intervenção profissional, posicionando-se comprometida com a libertação dos oprimidos. Tal elemento leva, por um lado, à valorização da militância política enquanto ato que materializa a luta contra todo tipo de opressão e, por outro, de uma aproximação com a cultura e o saber popular. Isso é expresso na produção de uma série de reflexões teóricas, às quais pautadas por uma concepção dialética constroem uma concepção própria da relação homem-subjetividade.

Freire (1987) afirma que a constituição do indivíduo está vinculada de forma indissociável a sua presença no mundo, já que estes se estabelecem enquanto seres históricos e culturalmente desenvolvidos. O mundo a que se refere é composto por uma estrutura social, na qual prevalece o jogo dialético da mudança-estabilidade, ambas resultantes da ação do próprio homem. Nessa realidade, em constante mutação, o indivíduo se constitui como um ser inacabado que se elabora e faz na *práxis*. Logo, a vocação do homem está na busca de ser mais: uma produção constante, fazendo-se e refazendo-se na medida em que constitui a realidade, produzindo humanidade sua e do outro.

A partir disso, localiza o conceito de opressão enquanto processo de desumanização, promovendo a distorção ou impedimento da busca de ser mais e tendo como resultado a promoção da objetificação e coisificação do humano pelo humano. De forma sintética, afirma que “a opressão só existe quando se constitui em um ato proibitivo do ser mais dos homens” (FREIRE, 1987, p.46).

Os documentos que parametrizam o trabalho social (e, portanto, a prática psicológica) no âmbito do SUAS entendem que a compreensão dos processos dispostos na realidade social que produzem opressão podem evitar uma exclusiva responsabilização subjetiva dos indivíduos pela sua posição de oprimido. Como diz Martín-Baró (1996), esse processo descarta os fatores sociais predominantes e naturaliza o contexto social. Diferentemente disso, o trabalho a ser realizado precisa produzir a problematização das condições de existência que, por sua condição histórica, podem ser modificadas pela ação humana.

Para Freire (1987), o enfrentamento da opressão vai além da uma mera racionalização da condição de exploração. A consciência da relação oprimido e opressor é um requisito para a possível superação da posição de dependência, o que exige solidarizar-se com o oprimido, no sentido de assumir a situação com e como este. Assim, “a solidariedade verdadeira está em com eles lutar pela transformação da realidade objetiva que os faz ser este ser para outro” (FREIRE, 1987, p. 38). O enfrentamento da opressão, portanto, não se trata de algo a ser tratado como puramente individual, mas sempre coletivizado, implicando na relação de um com o outro.

O tema da superação das dependências é importante para o campo da Assistência Social e está intimamente relacionado com o sentido da busca de autonomia dos usuários. Também dentro dos documentos da política, a dependência - em suas diferentes formas de expressão - aparece com um fenômeno social no qual o Estado, através de diferentes serviços prestados, forma como política pública meios para a superação de práticas assistencialistas. Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social define-se como:

[...] aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica incremento das capacidades de famílias e indivíduos (BRASIL, 2004, p.16).

Enquanto conceito, o assistencialismo é abordado por Freire (1983) como uma forma de domínio social no qual o ato da opressão impede que o oprimido se reconheça nessa condição. Esse processo acontece tanto dentro das práticas observadas nos diferentes serviços da política de Assistência Social quanto na posição tomada pelo trabalhador social no cotidiano do trabalho em relação à opressão, muitas vezes corroborando para a normalização e estigmatização da população atendida. Isso se dá seja pela cristalização de suas ações (ainda que reconheçam as condições de alienação) ou ainda pelo alheamento da situação opressora.



Ainda que sob princípios diferentes, ambas podem vir a reproduzir ações de caráter assistencialista.

Quando se refere ao que caracteriza o trabalhador social, Freire (1982) considera que mesmo atuando junto às populações marcadas pela desigualdade, o efetivo campo de atuação é a própria estrutura social, o que exige do profissional a capacidade de realizar uma reflexão crítica da realidade para além do atendimento imediato realizado. O autor aponta que a decisão em torno de práticas voltadas para a mudança ou estabilidade da realidade social (entendidas como dimensões dessa própria realidade) evoca ao trabalhador uma necessidade de opção e adoção de uma posição que é sempre eminentemente política: “ou adere à mudança que ocorre no sentido da verdadeira humanização do homem, de seu ser mais, ou fica a favor da permanência” (FREIRE, 1982, p. 23).

O profissional quando se propõe a ser um agente de transformação deve superar o caráter de coisa atrelado ao oprimido, traço que marca, segundo Freire (1979), a origem da opressão. Mesmo atuando ao lado do oprimido, a tendência é carregar consigo a visão de incapacidade, ausência de desejo e de conhecimento do indivíduo em situação de desproteção. Nesse caminho, pode condicionar-se a possibilidade de transformação como responsabilidade única do profissional, detentor do saber. Contudo, o autor entende que uma ação transformadora se constitui a partir e no coletivo, impulsionando os sujeitos a uma reflexão sobre as condições concretas de opressão a partir do diálogo e, direcionando-se para ação. A partir disso, “ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes” (FREIRE, 1987, p.58).

Assim, destaca-se a necessidade de transformação da realidade como um elemento fundamental na obra do autor. De onde surge esta necessidade? A realidade opressora retira, tanto do oprimido como do opressor, a humanidade. Desse modo, segundo Freire (1982, p.6), “comprometer-se com a desumanização é assumi-la e, inexoravelmente, desumanizar-se também”. Mudar esta realidade remete ao direcionamento de cada sujeito a possibilidade de produção de sua própria humanização, abrindo espaços para o conhecimento da relação com o outro, através do diálogo e da comunicação (FREIRE, 1987).

Pode-se observar que Freire (1982) parte do princípio de que a realidade não é neutra, portanto, é ingenuidade do profissional pensar em adotar essa postura frente ao mundo, pois isso seria sedimentar-se a uma realidade produtora de desumanização. Como bem pontuam Santiago e Romagnoli (2021), existe uma impossibilidade de adotar uma posição neutra, visto

que toda relação entre diferentes sujeitos - e isso implica também a relação profissional e usuário - com o mundo vivido é marcada pela condição de reciprocidade.

Neste sentido, a concepção de neutralidade frente ao outro, importada das práticas da Psicologia tradicional, torna-se um empecilho a esse processo de humanização se transportada para o novo campo de atuação. Isso encontra-se alinhado com o que é pontuado por Benelli (2013) ao afirmar que a Psicologia ainda serve como instrumento de dominação, não sendo incomum observar profissionais que reproduzem técnicas tradicionais entendidas como reprodutoras de um *setting* clínico fechado, que visam promover uma adaptação dos sujeitos ao papel que se espera deles.

Em consonância com essa análise, Martín-Baró (1996) aborda e critica os modelos de Psicologia que focam seu fazer no indivíduo, focados em problemas de caráter individual e subjetivo, o que, segundo o autor, preserva a estrutura social e promove a atuação da Psicologia em favor a reprodução da ordem estabelecida, constituindo-se como uma prática psicológica de opressão.

Direcionar o trabalho social no sentido da transformação social, distanciando-se de práticas opressivas e de manutenção de conjunturas sociais, é vislumbrado como postura orientadora da prática dos psicólogos no SUAS, sendo que o Conselho Federal de Psicologia (2016) indica a necessidade do reconhecimento da relevância da classe dentro da política. Decorre disso a grande responsabilidade do profissional da Psicologia sobre seu trabalho e a forma como ele impacta na vida dos usuários e comunidade. Uma das formas de manter-se afastado de práticas opressivas é implicar-se em uma constante reflexão crítica. Segundo o documento do conselho de classe, é fundamental ao profissional de Psicologia questionar continuamente a instituição em que atuam, “[...] estando atentos para que a prática no âmbito do SUAS não recaia em uma intervenção fiscalizatória ou policialesca, que reprime, julga e/ou condena indivíduos e famílias” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016, p. 11).

Diferentemente disso, ainda pode-se encontrar presente no cotidiano de trabalho de serviços socioassistenciais, profissionais realizando visitas domiciliares com intervenção fiscalizatória, verificando “problemas” relacionados à higiene, relacionamento ou ausência de determinadas condições, que são tidas como essenciais para uma vida considerada saudável. Em tal exemplo, a Psicologia se aproxima de uma prática higienista, produzindo intervenções no corpo social voltadas para um ideal de humanidade e sociedade que visam um ajustamento do indivíduo e, em contraposição, silencia em relação aos vetores produtores de desigualdade, naturalizando-os.

Freitas (2018) defende a quebra da naturalidade sob a qual as formas de poder se reproduzem no cotidiano, o que abre espaço para a construção de relações que caminham para a libertação, enriquecendo a atuação na política em um viés dinâmico e multilateral, no qual a demanda dos usuários é atendida e respeitada, tendo em vista que são sujeitos conscientes. Assim, o profissional que executa o trabalho social (o que inclui a Psicologia) deve se atentar a reprodução de ações automáticas nos serviços e promover a reflexão crítica do que se encontra instituído. Ademais, necessita estimular, junto com o usuário, o questionamento da realidade, enxergando nele a capacidade e a potência do pensamento e ação crítica.

Sinteticamente, os pontos apontados acima indicam a necessidade de produção de novos operadores que possam servir de base para o trabalho a ser realizado no campo da Assistência Social. Entende-se que este elemento é o diálogo, que no contexto do SUAS mostra-se como um modo de conciliação entre técnico e usuário.

#### **4. A postura dialógica como fundamento do trabalho do psicólogo**

Em contraposição a práticas que reiteram processos de opressão, Freire (1982; 1987) aponta como alternativa ético-política para o trabalhador social, a adoção de uma postura dialógica. Como ponto de partida, o autor chama atenção que a dialogicidade se apresenta como uma alternativa a práticas opressivas, já que parte de uma relação horizontal estabelecida essencialmente pela confiança mútua. O diálogo é nutrido por humanidade, fé, esperança e confiança, e se dá por meio das palavras, o que se configura inacessível dentro do processo de dominação.

Para tanto, é necessário que as palavras e o discurso estejam sempre alinhados com seu significado, unindo reflexão e ação. Caso isso não aconteça, pode-se observar dois efeitos. Primeiro, o discurso torna-se “[...] uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação” (FREIRE, 1987, p. 86). Em complemento, o autor aponta que a palavra investida de ação, mas desprovida de reflexão, corre o risco de cair em um ativismo, o que também se coloca como barreira à uma prática mais acertada e ao diálogo.

Na hegemonia opressora, não há espaço para a criticidade e autenticidade. Nela existe a proibição de ser sujeito, o que, segundo Freire (1987), se concretiza enquanto uma violência. Nesse contexto, o que se propaga é o antidiálogo, o qual impõe a domesticação dos homens e não oferece meios de desenvolvimento da consciência. Logo, a condição de objeto atrelada ao

indivíduo produz no ser a passividade, que retira do homem a oportunidade de decisão, reflexão e a capacidade de participar no processo de transformação da realidade, sendo característica das práticas assistencialistas, esta condição desvia o homem de sua vocação de ser sujeito (FREIRE, 1967).

Quando uma relação é pautada na condição de dominação não há espaço para o diálogo, as ligações se constituem hierarquicamente onde uma das partes julga a outra como inferior e ignorante, e em uma relação na qual não existe humildade, o diálogo é impossibilitado (FREIRE, 1987). Isso significa dizer que, em um contexto de opressão, um sujeito se considera detentor de um saber, oprimindo àqueles que não tem conhecimento sobre o mesmo saber técnico.

A postura antidialógica parece caminhar na contramão de preposições do SUAS que versam sobre a participação e a autonomia do usuário dentro dos processos que o envolvem, e que para além disso, objetiva afastar os serviços da Assistência Social de práticas assistencialistas e tutelares. Nesse contexto, o desenvolvimento de autonomia nos usuários remete ao trabalho direcionado ao objetivo de aprimorar habilidades e capacidades que possibilitem o protagonismo social e o exercício da cidadania, objetivando conquistar graus maiores de liberdade e um ganho maior de independência pessoal e social (BRASIL, 2012).

Mas, de que tipo de autonomia está sendo falada? Autonomia se refere a escolher diante das oportunidades e escolhas possíveis e, a partir delas, tomar decisões sobre quais atitudes tomar. Assim, não está sendo dito de um poder que se encontra fora das condições de existência, mas que se configura a partir delas. Porém o que se encontra é uma visão abstrata de sujeito na qual o trabalhador social pode terminar por desconsiderar potencialidades e limitações, em detrimento de uma visão prévia e descontextualizada.

Exatamente por esse último ponto, não é incomum que nos diferentes serviços e atendimentos sejam desconsideradas a voz e as contribuições do sujeito. Dessa forma, Silva e Almeida (2018) apontam que um posicionamento antidialógico pode vir a ser um impedimento para que tais preceitos do SUAS se concretizem, visto que se não reconhecidos em sua fala “os usuários da política são submetidos a uma forma de trabalho pautada pela tutela, uma vez que não se reconhece neles a capacidade de exercer autonomamente suas escolhas e decisões que são direcionadas ao saber do técnico” (SILVA; ALMEIDA, 2018, p. 274).

Assim, sobre a relevância do diálogo, Lemes (2017, p.124) afirma que "acessibilizar a linguagem, a comunicação, é essencial para garantir o direito de todos ‘dizer e escutar a palavra’. A comunicação é diferenciada, dependendo diretamente do tipo de necessidade de

cada sujeito”. Segundo Freire (1979), a produção de um saber dialógico leva ao reconhecimento do outro em sua totalidade na relação, resultando na produção de corpos conscientes, reconhecendo a sua presença no mundo e a capacidade de atuação no campo real, materializando a conscientização, processo de tomar posse da realidade por meio da ação.

Além disso, o diálogo promove a desmitologização da realidade, sob a qual o opressor constitui sua forma de dominação. A problematização da realidade concreta fomentada pela dialogicidade “implica na responsabilidade social e política do homem. Implica num mínimo de consciência transitiva, que não se desenvolve nas condições oferecidas pelo grande domínio” (FREIRE, 1967, p.77), sendo necessário, portanto, a oferta de espaços de participação que possibilitem as condições para o exercício dialógico.

Sobre esse aspecto, Martins e Silva (2020) apontam que, no âmbito da proteção social básica, os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) podem se configurar como um espaço para o desenvolvimento dessas ações, visto que são espaços potenciais, baseados na intercomunicação entre sujeitos que compartilham mundo comuns o que estimula a produção de um sentimento de coletividade.

Essa discussão parece crucial no que concerne o trabalho na Assistência Social, afinal no diálogo é necessário que um se comunique com o outro, de modo a garantir que se possa apreender o que está sendo dito. Para tanto, afastar-se de jargões e termos técnicos e rebuscados, se mostra importante para possibilitar o verdadeiro diálogo, adaptando a forma como se diz de acordo com a outra parte do diálogo.

Medina e Serrano-García (2017) descrevem uma Psicologia que tem como preceitos uma relação horizontal com a comunidade onde se insere, bem como a valorização do conhecimento do outro, fomentando a participação popular. Trata-se de uma questão importante, visto que há vertentes da ciência psicológica que corroboram com a discussão aqui feita, valorizando alguns dos preceitos da dialogicidade e do SUAS que foram destacados, como o respeito e valorização do conhecimento do outro, estímulo a participação social dos assistidos e a busca por estabelecer uma relação horizontal com aqueles com quem se trabalha.

A partir das análises freirenas acerca das ações do trabalhador social, pode-se desdobrar, nas práticas da Psicologia no campo socioassistencial, a relevância do afastamento do psicólogo de uma potencial postura de superioridade com relação aos usuários do SUAS. Ou seja, mantendo-se abertos a ouvir e construir caminhos junto àqueles que atende, fazendo do diálogo importante ferramenta de trabalho, rumo à esperada garantia de direitos. É necessário destacar,

também, que uma valorização dos pontos de vista, necessidades e conhecimento do outro, não invalida ou substitui o conhecimento técnico advindo da Psicologia.

## 5. Considerações finais

Como pode ser visto ao longo deste escrito, as discussões realizadas por Paulo Freire apresentam importantes contribuições para o campo das possibilidades de atuação enquanto trabalhadores sociais, tornando possível explorar elementos que contribuem para prática com viés opressivo.

No caso da Psicologia enquanto profissão inicialmente voltada às camadas mais favorecidas, com fontes de estudos e teorias predominantemente europeias e coloniais, a ampliação no campo de atuação destaca a necessidade de realocar a *práxis*. Ao mesmo tempo em que compreende seu papel histórico na sociedade, com fortes origens e reprodução de opressão, é necessário avançar para transmutar seu compromisso social.

Desse modo, foram explorados elementos da obra de Paulo Freire como guias para uma prática psicológica, a qual se afasta de modelos tradicionais que reforçam estruturas opressivas, direcionando-se a uma perspectiva emancipadora por meio da dialogicidade. A adoção de uma postura dialógica pressupõe renunciar a uma possível superioridade com relação àqueles com quem se atua, se trata de reconhecer a relevância do saber do outro, estar aberto a ouvir e considerar os pontos de vista e conhecimento. Sendo assim, considera-se que essa seja uma perspectiva ética de atuação no SUAS, que preconiza a importância do desenvolvimento de autonomia dos sujeitos, sempre levando em consideração o que o usuário do serviço tem a dizer.

O caminho de conscientização sobre as limitações da estrutura social é traçado junto com o outro, assim como a atuação em um movimento dinâmico e problematizador da realidade, com e entre os homens que optaram pelo processo de mudança. Acredita-se que essa deveria ser a postura do profissional que carrega consigo o comprometimento com a sociedade, o caminhar rumo à humanização. Dessa forma, considera-se que o diálogo, como proposto em Freire, seja uma ferramenta importante para construção de uma prática psicológica inclusiva das relações sociais.

## REFERÊNCIAS:

ANDERY, A. A. Psicologia na comunidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (orgs.), **Psicologia social: o homem em movimento**, São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 203-220.

ANDRADE, A. K. **Psicologia e política de Assistência Social: discursos sobre a violência infantojuvenil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

ANTUNES, M. A. M. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 32, n. esp., p. 44-65, 2012.

BENELLI, S. J. Apontamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 12, n. 2, p. 1-30, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-90442013000200001&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442013000200001&lng=pt&nrm=iso)

BOSCARI, M.; DA SILVA, F. N. A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde, [S. l.]**, v. 4, n. 1, p. 108–127, 2015. DOI: 10.33362/ries.v4i1.341. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/ries/article/view/341>

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SUAS: Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica com Parâmetros para Atuação das(os) Profissionais de Psicologia no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/documentos/nota-tecnica-com-parametros-para-atuacao-as-os-profissionais-de-Psicologia-no-ambito-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas/>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CRAS/SUAS / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas**. 3 ed. Brasília: CFP, 2021. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt\\_crepop\\_cras\\_2021.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf)

CORDEIRO, M. P., CURADO, J. C. Psicologia na assistência social: um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, v.29, e169210, 2017.

FIRBIDA, F. B. G., VASCONCELOS, M. S. A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, e016120, 2019.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, M. F. Q. de. Psicologia Social Comunitária como Educação Política: resistência e afirmações no cotidiano. **Teoría y Crítica de la Psicología**. v. 11, p. 92-104, 2018.
- GODOY, A, S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de S.Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/20595>
- GUZZO, R. S. L. A (des) igualdade social e a psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. In V. Ximenes, **Psicologia e pobreza: contribuições para uma análise psicossocial**. Fortaleza: Brasil Expressão Gráfica e Editora, 2016.
- LEMES, M. A. **Estratégias de participação na política de assistência social na perspectiva de Paulo Freire**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2017.
- MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. Estudos de Psicologia. **Estudos de Psicologia**. v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.
- MARTINS, T. C.; SILVA, R, B. A psicologia no CRAS: articulações possíveis para a participação popular. **Revista Polis Psique**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 144-163, 2020.
- MEDINA, S. M. R., SERRANO-GARCÍA, I. Práctica de la psicología social-comunitaria en Puerto Rico: voces de sus egresados/as. **Revista Puertorriqueña de Psicología**, v. 28, n. 1, p. 64-78, 2017.
- MOTTA, R. F., SCARPARO, H. B. K. A Psicologia na assistência social: transitar, travessia. **Psicologia & Sociedade**. v. 25, n. 1, p. 230-239, 2013.
- SANTIAGO, M. C. C.; ROMAGNOLI, R. C. Formação inventiva em Psicologia: problematizações à luz dos novos paradigmas da ciência contemporânea. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 1–15, 2021.
- SCHEFFER, G. Pedacos do tempo: legado de Paulo Freire no Serviço Social. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 12, n. 1, p. 292-311, 2013.
- SENRA, C. M. G., GUZZO, R. S. L. Assistência social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 293-299, 2012.
- SILVA, R. B., ALMEIDA, C. G. F. de. Ação antidialógica no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões a partir de Paulo Freire. **Interações**. Campo Grande, v. 19, n. 1, p. 265-276, 2018.
- SILVA, R. B.; SIMCIC, J. V. B. As políticas públicas e atuação para o SUAS na formação do psicólogo no Paraná. **Revista de Psicologia**, v. 12, n. 2, p. 75 - 90, 2021.
- VILELA, A. M. J. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 32, n. esp., p. 28-43, 2012.



---

<sup>i</sup> Pós-doutorado em Psicologia (UEM). Doutor em Educação (Unesp/Marília). Docente dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Email: [rafael.bianchi@uel.br](mailto:rafael.bianchi@uel.br)

<sup>ii</sup> Psicóloga formada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Email: [marianasapateiro22@gmail.com](mailto:marianasapateiro22@gmail.com)

<sup>iii</sup> Mestranda em Psicologia (UEL). Psicóloga da Assistência Social da Prefeitura Municipal de Iporã. Email: [jacque\\_leonardi@yahoo.com.br](mailto:jacque_leonardi@yahoo.com.br)